

Plano Biental é aberto ao consenso nacional

O presidente da República, que foi eleito vice mas assumiu em decorrência da renúncia do titular, mandou divulgar no dia 31 de dezembro o plano econômico para tirar o país do sufoco até o final do mandato. Foi o economista encarregado do Planejamento quem fez o anúncio das medidas, visando a três objetivos fundamentais: oferecer aos investidores e credores internacionais segurança sobre as políticas interna e externa a serem cumpridas; assegurar aos setores políticos nacionais, contrários aos esquemas estatizantes, o compromisso de um governo moderado; e solucionar os problemas críticos da economia brasileira, sintetizados no dilema antigo e sempre atual que é o desenvolvimento com estabilidade, vislumbrando a possibilidade de conciliarmos a luta contra a inflação com o desenvolvimento econômico.

Quando o ministro Paulo Haddad anunciou, no último dia 31 de dezembro, o Plano Biental de Itamar Franco, certamente não se lembrava de que o fazia no trigésimo aniversário de um anúncio similar. A situação descrita acima, tão parecida com a atual, ocorreu a 31 de dezembro de 1962. O vice que se tornara presidente chamava-se João Belchior Marques Goulart e o economista encarregado do Planejamento era o professor Celso Monteiro Furtado. Observando aqueles três objetivos fundamentais do Plano Trienal, copiados do livro *1964: golpe ou contragolpe* (LPM Editores, 1978, Segunda Edição), do historiador Hélio Silva, ficamos tentados a achar que tudo se repetiu. Não é bem assim. É claro que o Brasil é outro, está em paz e não naquele clima de guerra. Mas o fato é que, em matéria de coincidência, há muito mais do que data, personagens e objetivos. O dilema "antigo e sempre atual" de "conciliarmos a luta contra a inflação com o desenvolvimento econômico" é, por exemplo, tão forte hoje quanto há 30 anos. Os objetivos do Plano Trienal de Celso Furtado são muito parecidos com os do Plano Biental de Haddad. Mas o que adianta reviver velhos e sadios objetivos se não encontramos a capacidade política de atingi-los?

Vale a pena recordar como terminou aquele filme, três décadas atrás. Sempre seguindo Hélio Silva, o plano pecava por tentar conciliar metas conflitantes. A chave de seu sucesso estaria em cumprir as metas iniciais, nos primeiros seis meses. O tempo era curto e as pressões políticas enormes. O Congresso matou logo de saída o Plano Trienal ao aprovar, após cinco meses de muita briga, um aumento de 70% para o funcionalismo civil e militar. Com a final concordância do Executivo, o Legislativo ultrapassava de longe o limite de 40% estabelecido no Plano, com ba-

se nos índices de elevação do custo de vida. Em junho, Celso Furtado caiu e a confusão aumentou, apesar do novo filme apresentado — o programa de 10 pontos do ministro Carvalho Pinto. O Plano Trienal foi, portanto, rapidamente liquidado pelas pressões políticas.

A maior lição desse e de outros planos econômicos fracassados é a de que não é possível levar nada adiante neste país com tantos interesses conflitantes, com tanto egoísmo e tanta politicagem. Mais importante do que as curiosas e casuais semelhanças entre o Plano Trienal de ontem e o Plano Biental de hoje são as marcantes diferenças das duas épocas. Ontem, o Brasil era um país submerso na conspiração e na radicalização. Hoje, é uma democracia emergente, que acaba de dar prova de maturidade ao mundo e não pode perder esse impulso para amadurecer e consolidar suas instituições.

O maior destaque do Plano Biental não está no seu enunciado econômico, mas na conjuntura política, que deveria ser aproveitada para se chegar a outro velho filme, visto, revisto e sempre inacabado: o do pacto social. Nunca houve, porém, tantas condições favoráveis para que esse velho filme chegue a um *happy end*. Temos um presidente sem partido, oriundo de longa experiência parlamentar e que nunca exibiu sede de poder. Chegou à Presidência sem persegui-la e ao se instalar ali declara que sua maior ambição é amenizar os efeitos da pobreza e da miséria e, ao mesmo tempo, conduzir o país às reformas constitucionais que se avizinham e a um processo sucessório dentro da maior tranquilidade, como magistrado.

A novidade maior do plano econômico, portanto, é seu aspecto político. Desta vez, não se trata de um pacote fechado, mas de uma lista de metas aberta ao consenso nacional. Governadores e presidentes de partido foram convocados a discuti-lo e até modificá-lo. Trata-se de convite explícito a um consenso profícuo. Sem a arrogância imperial que diz abominar, Itamar Franco propõe, segundo um de seus mais próximos colaboradores, "o estabelecimento, na política nacional, de um condomínio igualitário das responsabilidades".

Esta fabulosa oportunidade política para o país sair do atoleiro, está sendo abalada neste momento pelo recrudescimento da inflação. O mesmo colaborador do presidente disse ontem que o governo está preocupado com a ofensiva desses céticos e especuladores, apesar dos indícios de que dá para recuperar em fevereiro o aumento sazonal da inflação neste mês. Junto às pressões políticas e partidárias, a especulação em torno da inflação de janeiro pode acabar levando o país a jogar por água abaixo a chance do consenso nacional, condição imprescindível para que o país supere a crise.